

DIVERGÊNCIAS MAS NÃO ANTAGONISMOS: MÃES E PROFESSORAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS*

Cláudia Pereira Vianna
Faculdade de Educação da USP

RESUMO

É comum, em uma primeira avaliação das lutas por acesso e melhoria da qualidade do ensino público, supormos a inexistência de discordâncias entre aqueles que delas participam. Pesquisa qualitativa com enfoque etnográfico sobre o Movimento Estadual Pró-Educação (MEPE) aponta, incorporando as relações de gênero, aproximações e divergências entre as principais protagonistas dessas lutas: professoras e mães de alunos, destacando algumas das possíveis contribuições que a visão desses segmentos distintos — nem antagonônicos, nem aliados incondicionais — pode trazer para a luta pela melhoria do ensino público.

MOVIMENTOS SOCIAIS POR EDUCAÇÃO — MÃES DE ALUNOS — GÊNERO — ETNOGRAFIA

ABSTRACT

Usually, during a first evaluation of the struggle for access and improvement in the quality of Public Schooling, we suppose that there is no disparity among those who fight for it. However, a qualitative research, from an ethnographic perspective, on the State Movement for Education (MEPE) reveals, incorporating gender relations, similarities and differences among the main characters of these struggles: teachers and students' mothers. It also underlines some possible contributions that points of view of these different segments — neither opponents nor unconditional allies — may bring to the struggle for upgrading Public Schooling.

* Este artigo está fundamentado em dissertação de mestrado da autora, desenvolvida sob orientação da Prof^ª Dr^ª Marília Pontes Sposito.

No cenário das reivindicações pela melhoria do ensino público é possível verificar a presença de diversos protagonistas. Entre eles, destacam-se as mães de alunos, envolvidas nos chamados movimentos sociais urbanos por educação, e setores progressistas das profissionais da educação¹. É comum, em uma primeira avaliação das lutas pela melhoria do ensino público, supormos a inexistência de divergências entre aqueles que delas participam. De fato, uma política educacional que expande os serviços em condições que não garantem sua qualidade faz com que o principal alvo das reivindicações, de professoras e mães de alunos, seja o Estado.

Pesquisa qualitativa com enfoque etnográfico², a partir da qual busquei compreender o processo de construção da identidade do Movimento Estadual Pró-Educação (MEPE) entre os anos de 1988 e 1990, mostrou-me os meandros daquilo que acreditava ser uma aproximação quase que absoluta entre as protagonistas das lutas por acesso e melhoria da qualidade do ensino oferecido pelo Estado. O acompanhamento do Pró-Educação, o registro de suas atividades³ e as entrevistas realizadas em diferentes momentos da pesquisa apontaram-me divergências e interesses recíprocos que distanciavam e aproximavam mães de alunos e professoras⁴.

Esta exposição sintetiza alguns dos temas tratados na referida pesquisa, resgatando as principais características do Pró-Educação e examinando sua interação com professoras das escolas públicas estaduais e com o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP)⁵, de modo a destacar as diferenças existentes entre eles e apontar algumas das possíveis contribuições que a visão desses segmentos distintos — nem antagônicos, nem aliados incondicionais — pode trazer para a luta pela melhoria do ensino público.

PROFESSORAS E MÃES DE ALUNOS: MOMENTOS DE APROXIMAÇÃO

Deflagrado em fevereiro de 1988, o Pró-Educação foi fundado, enquanto Movimento Estadual, em abril de 1989, contando em 1991 com cerca de dois mil associados, em níveis diferenciados de participação.

Trata-se de um movimento de mães de alunos pertencentes a setores das classes médias e setores organizados das classes populares, preocupadas com a melhoria do ensino público e que reivindicam a participação das mães de alunos nas instâncias responsáveis pelas decisões relativas à educação pública estadual. Assim, em 1988, o MEPE, estruturado principalmente na cidade de São Paulo, tinha por referência as experiências de participação direta de suas integrantes nas escolas freqüentadas por seus filhos, através de canais institucionais como, por exemplo, Associações de Pais e Mestres e Conselhos de Escola. Sua ação coletiva sofreu modificações, a partir de 1989, quando novas integrantes, em Santo André, passaram a exercer papel fundamental na delimitação

da prática coletiva do Movimento. O convívio com as mães de Santo André propiciou ao grupo de mães de São Paulo o conhecimento das experiências de participação em movimentos populares como, por exemplo, os movimentos de bairro, os movimentos dos sem-terra, as Comunidades Eclesiais de Base e a militância no Partido dos Trabalhadores (PT).

As integrantes do Movimento são, na maioria, mulheres, donas de casa e mães de alunos das escolas públicas estaduais localizadas em São Paulo e nos municípios da Grande São Paulo. O fato de serem mulheres e mães contribuiu para que se aproximassem das professoras. A escola é um espaço ocupado marcadamente por mulheres. No Brasil, como em outros países, o magistério é uma atividade profissional exercida predominantemente por mulheres⁶. Cristina Bruschini e Tina Amado, ao analisarem 21 teses e dissertações sobre o magistério, ressaltam que: "86,6% do professorado brasileiro é do sexo feminino. As mulheres representam a quase totalidade (99%) do ensino pré-primário e a maioria absoluta (96,2%) do ensino de 1º grau (1ª a 4ª série), embora a sua pre-

1 No Pró-Educação e nas escolas públicas que com ele interagem a grande maioria era mulher. Assim, acreditando na contribuição da perspectiva de gênero para a compreensão dos aspectos presentes na aproximação e na diferenciação entre o Movimento, as professoras e o Sindicato dos Professores, adotei como princípio a referência no feminino, utilizando as expressões "mães de alunos" e "professoras". No caso dos diretores, funcionários e alunos esse procedimento não foi adotado, considerando que sua interlocução com o Movimento foi eventual. Também permaneceu a referência mais geral quando tratei do Sindicato dos Professores.

2 Procurei, nesse longo trabalho de observação, registro e análise, desenvolver um olhar etnográfico (Geertz, 1987). Todavia, minha principal interlocução, entre as diversas correntes da investigação etnográfica, deu-se com trabalhos produzidos por Elsie Rockwell e Justa Ezpeleta (Ezpeleta, 1986; Ezpeleta, Rockwell, 1986; Rockwell, 1982 e s.d.). As autoras enfatizam a dimensão de totalidade, integrando a informação da história local e geral com a análise etnográfica, buscando captar tanto a interação como a distância entre a escola e sua ambiência social.

3 Entre elas cabe destacar: reuniões internas ao grupo de mães; reuniões cujo objetivo era a ampliação e divulgação do Movimento; reuniões com representantes de partidos políticos de oposição; reuniões com autoridades ligadas ao Poder Público na área da educação; participações em greves dos professores; viagens; visitas às escolas.

4 Outros trabalhos já apontaram, em suas análises, diferenças entre a escola pública e a população por ela atendida na luta pela melhoria do ensino. Dentre eles, cabe destacar Avancine (1990); Campos (1982); Paro (1992) e Sposito (1988).

5 Durante o período em que acompanhei o Pró-Educação, a Associação dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo passou de Associação a Sindicato. A sigla — APEOESP — permaneceu a mesma.

6 Vários estudos têm constatado essa presença majoritária de mulheres, entre eles: Mello (1981); Bruschini, Amado (1988); Rosenberg, Piza, Montenegro (1990); Rosenberg, Amado (1992).

sença decline gradativamente nos níveis subseqüentes." (Bruschini, Amado, 1988. p.5)

A partir dessa constatação, foi possível perceber que a condição de mãe também propiciava a participação das professoras no Pró-Educação. Muitas professoras também eram mães. Algumas delas eram mães de alunos das escolas públicas. Assim, professoras engrossaram o Movimento na condição de mães de alunos durante audiências com autoridades da área da educação estadual e com políticos, nas entrevistas com repórteres, nas manifestações públicas e na divulgação em geral. Uma das professoras, por exemplo, referia-se à sua atuação no MEPE, enquanto mãe de aluno, como parte da população atendida pela escola pública:

"Todas as reuniões [do MEPE] que eu vou, eu vou como mãe. (...) A gente tem que deixar bem claro que a população está se levantando". (Marina, professora de 5ª a 8ª)

Essa proximidade manifestou-se de diferentes formas. Apesar de não participarem diretamente do Movimento, algumas das professoras com que Elisa (presidenta do MEPE) mantinha contato colaboraram de diversas maneiras para sua consolidação. Na Reynaldo Porchat, escola em que o Pró-Educação teve origem, das quatro professoras não participantes, por mim entrevistadas, três compareceram em fevereiro de 1988 à reunião que deu início à sua criação. Duas das professoras que participaram de algumas das reuniões do MEPE explicaram que as freqüentaram para conhecer e ajudar:

"Mas no começo tinha muito poucas, né? Então a gente ia como força, mais moral, né? Mais por isto".

"Pra ajudar, dizer que a gente estava do lado delas". (professoras de 5ª a 8ª)

As professoras prestavam, também, certa assessoria às mães para temas e detalhes ainda não conhecidos, como aspectos relativos à legislação sobre o funcionamento escolar, Associação de Pais e Mestres, Conselhos de Escola etc. Essa presença das professoras no Movimento foi notada em suas mais diversas facetas. Em Santo André, por exemplo, algumas das integrantes dessa regional tiveram seu primeiro contato com o MEPE, enquanto professoras, através do Sindicato dos Professores. Talvez também se possa explicar por aí o fato de, em 1989, somar-se ao Movimento um grande número de professoras.

Assim, os interesses do Pró-Educação e das professoras pouco se diferenciavam. A divergência existia como germe, mas não se fazia sentir. Mães e professoras integravam o Movimento defendendo reivindicações comuns. Entre estas, uma política salarial adequada para professoras, funcionários e especialistas de educação; a atribuição das aulas com tempo hábil para a escola poder programar seu planejamento e a implantação correta do Ciclo Básico e da Jornada Única.

ENTRE A VOCAÇÃO E A MILITÂNCIA: O PERFIL DA BOA PROFESSORA

Após divergências ocasionadas pela reposição parcial ou inexistente das aulas perdidas com a greve de abril de 1989, as diferenças de interesses entre mães e professoras ficaram explícitas, provocando um afastamento entre elas.

Durante essa trajetória, o Pró-Educação foi conquistando um espaço próprio perante o movimento das professoras, a partir do instante em que se constituiu como um novo interlocutor para os diversos setores com os quais passou a interagir. Até então, não havia, fora do âmbito específico da escola enquanto unidade escolar, esse ator coletivo: mães de alunos das escolas públicas.

No processo de diferenciação do MEPE em relação às professoras, um elemento de tensão, ora tênue ora intenso, passou a tecer a interação entre elas. Mães e professoras ganharam contornos enquanto segmentos distintos:

"Há várias coisas que nós descobrimos em nossa caminhada que não agradam a eles [professores]. Eles não estão interessados". (Gisélia, mãe de alunos participante do Pró-Educação)

As professoras reagiram à presença do Pró-Educação como figura nova entre aqueles que lutavam pela escola pública. Muitas vezes instaurou-se o conflito, aspecto que se foi constituindo como uma das características dessa interação. Na medida em que o Movimento defendia interesses nem sempre convergentes aos das professoras, a diferença entre os dois segmentos passou a ser marcante:

"Existe um grupo [de professores] que coloca o magistério até acima do salário. Acha que o magistério ainda é mais importante (...). Os que pensam assim têm uma retaguarda financeira razoável (...) viveram num Brasil de 30 anos atrás, já estão em final de carreira.

Existe um outro grupo dos que democracia boa é a minha [sic]. (...) São os que tiram todas as licenças que podem tirar, usufruem de todas as faltas, às vezes até desnecessárias, mas como têm direito tiram. São aqueles que estão tratando a educação como um negócio, como vender banana na feira (...).

Existe um outro grupo que luta, um outro grupo consciente. Esse é muito pequeno, normalmente são professores mais jovens, na faixa de 30 a 32 anos. (...) É o professor por vocação, de uma vida mais atual, mais consciente. Por vocação, mas também consciente de que ganha mal. Então se há greve, faz greve! Se volta pra sala, ele é o professor. Aqui na escola nós temos representantes desse grupo. Esses, apesar de nem sempre a gente concordar com a greve, nós respeitamos". (mães de alunos participantes do Pró-Educação)

As mães, portanto, com base na atuação das professoras, reconheciam a presença de educadoras que

se aproximavam do perfil daquelas que consideravam boas: professoras das escolas públicas estaduais e municipais e não personagens idealizadas, afastadas da realidade escolar. Reconheciam, também, a existência de professoras abnegadas, mas estas, já em fim de carreira, pertenciam a um outro momento, a um "Brasil de trinta anos atrás". Vale a pena citar uma das reuniões do Conselho Diretor do Pró-Educação, na qual decidiu-se apoiar o movimento grevista da categoria, deflagrado em abril de 1989, julgando-o necessário à melhoria do ensino público. Professoras de 1º Grau em Carapicuíba, participantes do Movimento, opuseram-se à greve considerando-a prejudicial ao rendimento dos alunos. Apostando que o prejuízo poderia ser superado com a reposição criteriosa das aulas perdidas, a maioria das integrantes do Conselho optou pelo apoio à greve, diante do que esse grupo de professoras rompeu com o MEPE.

As integrantes do Movimento decididamente não eram adeptas do retorno a um papel de professora ligado à idéia de abnegação. Censuravam, também, as professoras que faziam "da educação um negócio" e defendiam aquelas que se preocupavam com seus alunos sem, no entanto, deixar de lutar por interesses corporativos. Posicionavam-se entre a militância e a vocação. Por um lado, criticavam a reivindicação quase que exclusiva de interesses corporativos pelas professoras, por outro, não advogavam a manutenção de relações impessoais no interior da escola. Pelo contrário, as mães procuravam resgatar a pessoalização das relações entre professoras e alunos, entre escola e família, de tal maneira que o vínculo entre esses sujeitos coletivos e individuais embasasse o respeito aos interesses diferenciados em torno de um objetivo comum: o aprendizado das crianças e dos jovens, filhos e alunos.

O entendimento do que pudesse ser uma boa professora estava referido à vocação. Entretanto, ter vocação não significava única e exclusivamente visar ao aluno, alienar-se, não lutar pelos seus direitos: "[professora] por vocação mas também consciente de que ganha mal" (Elisa, mãe de alunos participante do Pró-Educação).

Não apareceram, em nenhum dos momentos em que pude conversar com essas mães e observar suas discussões, referências diretas ao vínculo afetivo com o aluno caracterizando a boa professora, no entanto, sem descartar o compromisso com a categoria e com a luta por melhores condições de trabalho no exercício da função de professora, as integrantes do Movimento enfatizavam a importância de sua presença na relação professora-aluno na medida em que garantiria o compromisso de ensinar:

"Quando a gente fala que o professor dá aula em duas, três escolas... Ele não conhece nem os companheiros, né, os colegas de profissão que dão aula naquela escola, nem os alunos! Ele não cria vínculo com a escola! E isso também ajuda a de-

teriorar a qualidade do ensino". (Elisa, mãe de alunos participante do Pró-Educação)

O interesse pelo aluno permitiria que, ao voltar para a sala de aula, "ela fosse a professora" e, portanto, após uma greve bem ou malsucedida, ministaria sua aula da melhor forma possível, preocupando-se com o aluno naquilo que lhe dizia respeito, ou seja, com o seu aprendizado. Nesse sentido, o compromisso com o aluno deveria garantir, no entender das mães do Movimento, que a professora tirasse todas as licenças que tem direito somente quando necessário e não tratasse, às vezes, a educação "como um negócio".

A necessidade do vínculo afetivo no exercício da profissão de professora, a que se referem as mães de alunos, é também ressaltada por Fúlvia Rosemberg: "Na medida em que, de fato, a professora desempenha uma função que não se restringe ao ensino; na medida em que a função de socialização também participa do ensinar; e na medida em que sua formação profissional é insuficiente, a professora lança mão do repertório aprendido domesticamente — ser mãe real ou potencial, cuja base do exercício (nos foi ensinado) se pauta pelo afeto". (1992. p.174)

MÃES CONTRA PROFESSORAS?

Sentimentos de recusa à participação, fechamento e resistência ao diálogo e às suas tentativas de interferência no funcionamento das escolas pautaram, em alguns momentos, a relação das mães com as professoras:

"(...) em reuniões com professores e com outras escolas eles dizem isto. Que eles não aceitam a vigilância. Mas, veja bem, não é a vigilância a que eles se referem (...). É como contribuição. Não é uma vigilância que cobra. É uma vigilância que contribui". (Gisélia, mãe de alunos participante do Pró-Educação)

Muitas foram as explicações que pude encontrar para essa dificuldade de relacionamento. Entre elas, a identidade de gênero, que propiciava a aproximação das mães com as professoras de seus filhos e, contraditoriamente, desencadeava um movimento de disputa do espaço da escola.

Essa observação é confirmada por outros estudos preocupados em explicar as divergências entre mães e professoras a partir das relações sociais de gênero. Cristina Bruschini e Tina Amado (1988) ressaltam que as referências de gênero colaboram para a confusão entre os papéis de mãe e de mestra, interferindo na atuação profissional das professoras e suscitando disputas entre elas e as mães.

Lenira Haddad (1987), ao analisar a relação creche-família aponta características que auxiliam a compreensão da interação entre professoras e mães por mim observada. Segundo a autora, creche e família são instituições complementares uma vez que dividem

a responsabilidade da educação da criança. Todavia, existe entre elas uma disputa: "O objetivo de substituir a mãe implicaria em atitudes e comportamentos de invasão, posse, distância, numa relação creche-família, enquanto que numa relação família-creche implicaria em comportamentos de total atribuição de responsabilidades e de cobranças" (p.74).

A autora tece considerações sobre os motivos dessa disputa: "Será que esse conflito existe porque a creche é vista como substituta materna? Será que a necessidade de expulsar as mães se dá porque a criança não pode ter duas mães, a mãe verdadeira e a creche? Se isso se confirmasse, a presença das mães incomodava tanto porque ela promoveria nas pajens um recuo de um dos papéis mais internalizados — o de substituir as mães — e a sensação de uma indefinição da função que deveriam assumir" (p.74).

Na experiência relatada por Lenira Haddad, foi preciso que, apesar do sentimento conflitante, a complementaridade dessas instituições fosse recuperada a partir do resgate da dimensão profissional da pajem no exercício do trabalho educativo.

A partir dessa análise, uma série de sentimentos e representações, que tecia a relação entre as mães do MEPE e as professoras com as quais mantinham contato, adquiriu sentido. A sensação de recusa e desvalorização por parte das mães em relação às professoras expressava a expectativa de que, conforme os padrões de relacionamento preestabelecidos, mães e professoras não deveriam concorrer, disputar, desvalorizar-se mutuamente mas dividir tarefas e funções pois, como afirmava uma delas, "a escola é continuidade do lar" (Rosa, mãe de alunos participante do Pró-Educação).

Essas características alertaram-me para o fato de que sentimentos de disputa e tentativas de apropriação da clientela atendida estão presentes também no espaço escolar, apesar do papel profissional da professora ser mais delimitado do que o da pajem. Talvez a complementaridade da família e escola seja por definição conflituosa, uma vez que estas instituições constituem identidades diversas que disputam interesses e prioridades nem sempre convergentes.

O distanciamento entre mães e professoras não se explicava somente pela disputa entre elas. Deveu-se principalmente, a meu ver, à quebra de padrões suscitada pelo Pró-Educação ao tentar delimitar um espaço de interlocução com as escolas e as professoras. Houve, portanto, com a intervenção do Movimento nas escolas, a reconstrução de categorias já anteriormente delimitadas. A categoria mãe de aluno, por exemplo, adquiriu um novo sentido após a inserção das mães em uma ação coletiva. Antes de participarem no MEPE, reivindicando um espaço próprio de interlocução, às mães de alunos era reservada, de um modo geral, a execução de tarefas como: limpeza da escola, administração da verba da Associação de Pais e Mestres, organização de festas etc. Às profes-

soras cabia a discussão dos problemas educacionais propriamente ditos. Ao relatar o início da inserção de Elisa na Associação de Pais e Mestres da escola Reynaldo Porchat, Gilda, professora e diretora dessa escola em 1990, apontou aspectos que sugeriam que as mães eram consideradas como estranhas:

"Elas [as mães] começaram a dar ordens pra funcionária. Funcionária não obedece, obviamente, ordem de nenhuma pessoa que não tem nada a ver".
(Gilda, diretora)

Provavelmente, o esforço das mães em construir, através do Movimento, identidades próprias, colaborava para que o distanciamento entre elas e os membros da escola fosse mantido, como parte desse processo de diferenciação, de maneira semelhante à descrita por Marília Carvalho: "Uma forte cumplicidade unia 'os membros da escola' diante dos 'outros', os alunos e suas famílias considerados de fora. (...) Levantar em conta esse esforço de diferenciar-se e de demarcar uma identidade própria à escola, talvez permita compreender mais a fundo atitudes das educadoras diante dos alunos e suas famílias, que costumamos explicar apenas como corporativismo ou autoritarismo" (1991. p.90-1).

Na verdade, não se trata de identificar vítimas e culpados. Mães e professoras ganham contornos enquanto segmentos distintos:

"(...) porque a minha visão não é uma visão de professor. É uma visão de mãe. É uma visão de mãe que está sabendo que a escola não está funcionando há muito tempo". (Elisa, mãe de alunos participante do Pró-Educação)

Assim, o Pró-Educação distinguia-se cada vez mais como algo novo, que não se encaixava nos padrões previamente definidos para as relações com o que genericamente era definido como população escolar. As mães do Movimento apresentavam-se como um coletivo fiscalizador, crítico, com dinâmica própria, com identidade própria. Elas não se limitavam a fazer parte, individualmente, dos canais institucionais de participação; não se restringiam a arrecadar verbas extras para as escolas de seus filhos através da Associação de Pais e Mestres; não pertenciam a um movimento de bairro restrito a uma ou duas escolas ou a uma região, mas defendiam a escola pública em geral.

O SINDICATO DOS PROFESSORES E O PRÓ-EDUCAÇÃO

Muitas vezes a interlocução das mães do Pró-Educação com o Sindicato dos Professores possibilitou o acesso a maior número de informações e colaborou para que aquelas formassem opiniões próprias acerca do conteúdo debatido. Foi através do embate e da interação com o Sindicato que as integrantes do Movimento puderam rever ou reafirmar valores adquiridos antes do Movimento, incorporar outros valores e con-

cepções e construir referências próprias em sua prática concreta.

No início do Pró-Educação, segundo suas integrantes, professoras e Sindicato dos Professores eram tratados como se necessariamente representassem os mesmos interesses. Quando o Sindicato posicionava-se a favor da deflagração de uma greve, as mães supunham que todas as professoras concordavam com essa decisão. As divergências não eram percebidas.

A partir do apoio efetivo ao movimento grevista de abril de 1989, o Pró-Educação aproximou-se ainda mais do Sindicato dos Professores. As mães de alunos do Movimento participaram ativamente dessa greve, subiram no palanque das assembleias lideradas pelo Sindicato, visitaram várias escolas estaduais para discutir, com pais e mães de alunos, os problemas vividos pelas escolas públicas, apoiando as reivindicações das professoras.

Ao defenderem, cada vez com maior ênfase, idéias próprias, as mães do Movimento suscitaram reações contrárias por parte do Sindicato dos Professores, de maneira semelhante às objeções formuladas pelas professoras não organizadas coletivamente. Porém, agora esse embate se dava num campo de forças distinto; a interação entre Movimento e Sindicato era de ator coletivo para ator coletivo.

Entre os interesses defendidos pelo MEPE, em oposição à APEOESP, encontravam-se, também, os relativos às concepções sobre o perfil das professoras:

"Para a APEOESP o bom professor é aquele que apóia a greve, que luta pela categoria, que numa greve larga tudo, vai fazer manifestação e fecha a escola. Esse é o bom professor. Pra nós não. Bom professor não é isso daí. Ele pode até fazer greve mas a qualidade que nós queremos dele são outras e essas você (dirigente da APEOESP) não briga por elas. (...) O cara vai lá fazer manifestação e você não pergunta se ele está faltando na escola, se ele dá uma boa aula, se ele mata aula, se ele tem formação, se o diploma dele ele recebeu, ele estudou mesmo ou ele fez curso de fim de semana?" (Tatinha, mãe de alunos participante do Pró-Educação)

As mães criticavam o Sindicato quanto à não fiscalização do trabalho das professoras em salas de aulas (assiduidade, qualidade das aulas dadas, reposição das aulas perdidas com greves). Discordavam também da priorização dada pelo Sindicato às reivindicações salariais⁷. Essa ênfase impedia, segundo elas, que a APEOESP interferisse no processo de reposição das aulas perdidas com as greves e atendes-se às necessidades das mães de alunos. Nesse sentido, as mães do Pró-Educação não se conformavam com a assinatura do livro de ponto, pelas professoras, em dias de greves: "Sei que essa idéia pode chocar, mas decretar greve e depois ir para as escolas e as-

sinar o ponto não dá mais. Fazer greve dessa forma qualquer um faz". (Elisa, mãe de alunos participante do Pró-Educação)

As mães do MEPE reconheciam a legitimidade das greves mas, ao mesmo tempo, defendiam seu término. Essa posição pode ser confundida com uma postura conservadora, de repúdio ao movimento grevista da categoria. Todavia, torna-se importante enfatizar que as "longas e intermináveis" greves, como as caracterizavam as mães de alunos, atrapalhavam, de fato, a vida das crianças e das mães. Foi na defesa desse interesse que o Pró-Educação, a partir de 1990, passou a vincular seu apoio ao movimento grevista das professoras à garantia de um programa de reposição das aulas perdidas durante o período.

Em outubro de 1990, a APEOESP criticou a posição assumida publicamente pelo Pró-Educação em relação à greve de professoras, através do editorial de sua publicação anual, a *Revista de Educação* nº 5. A reprodução de seu conteúdo ajuda a elucidar as dificuldades dessa interação:

"EDITORIAL

Professores, funcionários e estudantes põem a nu, em suas manifestações, o sucateamento das escolas públicas. Chegou-se a um ponto no qual se torna necessário e urgente barrar a rápida deterioração do ensino no país.

Como sempre, os comentários adversos procuram salientar apenas o "corporativismo" e o "grevismo" como a gangrena que deveria ser combatida e eliminada, se preciso à força.

Ora, esse contraste de ideologias e de orientações de comportamento já demonstra que o movimento dos professores, dos funcionários, dos estudantes não está ainda compreendido e, o que é pior, que o nosso horizonte cultural está muito distante da realidade. Até mesmo alguns daqueles que participaram conosco, lado a lado, nessas árduas batalhas em defesa da Escola Pública nos impingem, como o fez recentemente a presidente do Movimento de Pais Pró-Escola Pública do Estado de São Paulo, a responsabilidade por essa situação, quando afirmou: "Greve virou fábrica de analfabetos". Isso nos mostra o quanto ainda precisamos caminhar para que a educação possa vir a ser, verdadeiramente, prioridade nacional.

A ignorância é o desafio histórico número um do Brasil.

7 Vitor Paro, ao analisar a natureza do trabalho pedagógico chama atenção para aspectos semelhantes aos defendidos pelo Pró-Educação quanto à necessidade de as professoras, em suas lutas, não se deterem, quase que exclusivamente, no âmbito econômico-corporativo: "É preciso uma consciência política que perceba, para além dos interesses imediatos, os interesses estratégicos e políticos mais amplos que unificam as categorias profissionais e, para além delas, as lutas populares na esfera da reprodução" (Paro, 1993).

O que parece ser uma espécie de "corporativismo" e de "grevismo" impõe-se como um recurso defensivo, de resistência, daqueles que são as vítimas do caos e da desorganização social provocada pelos sucessivos governos.

Parece que muitos desconhecem, ou não querem reconhecer, que "ninguém vive de brisa", que o dinheiro público tem sido malbaratado, dilapidado, seguindo os métodos típicos do saque colonial.

Tapam os olhos para não ver que o motor do movimento de reivindicações é o amor à escola, à pesquisa, à transmissão e à produção do saber.

Sem a escola, não há por que ter professores — trabalhadores do ensino bem pagos — não há nem a necessidade da existência desses trabalhadores...

Os professores levantam a sua bandeira, mostram como se defende a escola pública.

A educação se defende como se estivéssemos travando uma guerra. Não estão lutando só pelos seus salários: estão lutando por uma outra escola pública — que não humilhe seus trabalhadores e possa oferecer educação com qualidade para a classe trabalhadora.

A Diretoria

Para o Sindicato, os comentários "adversos" que salientaram o "corporativismo" e o "grevismo" eram resultados da não compreensão do movimento grevista das professoras, funcionários e estudantes. Afirmar, como o fizeram as integrantes do Pró-Educação, que "greve virou fábrica de analfabetos" significava, para a APEOESP, responsabilizar única e exclusivamente as professoras pelas precárias condições do ensino público. O fato de as mães de alunos do Pró-Educação defenderem interesses diversos do Sindicato as tornavam não diferentes, mas "ignorantes" ou "politicamente atrasadas", como quem precisasse ainda crescer para melhor compreender as relações entre trabalhadores do ensino público e Estado.

A luta das professoras e do Sindicato dos Professores contra a desorganização da sociedade e do próprio ensino público pelos sucessivos governos, em defesa da escola pública e por uma educação de qualidade é inquestionável. Entretanto, é lícito supor, a partir das afirmações deste editorial, uma divisão quase absoluta entre mães de alunos e professoras. A existência de "contraste de ideologias e de orientações de comportamento" era compreendida, de acordo com o editorial, como incompreensão e desconhecimento das mães e nesse sentido deveria ser eliminada, superada. Na medida em que o Movimento incluía interesses divergentes na pauta de suas reivindicações, foi visto pelo Sindicato como opositor, como adversário ou simplesmente como desinformado.

"DIVERGÊNCIAS" MAS NÃO "ANTAGONISMOS"

Na verdade, o discurso oficial do Sindicato não recuperava as diferenças defendidas pelo Pró-Educação

como parte do processo de construção da identidade de um novo interlocutor que apoiava o movimento das professoras sem se apresentar como aliado incondicional, e se impunha com uma identidade própria.

O grupo de mães exigia participação ativa do Movimento no processo de luta pela melhoria do ensino público. As preocupações com dedicação, seriedade, competência, melhores salários e condições de trabalho para as professoras eram enfatizadas enquanto metas a serem reivindicadas também pelas mães de alunos representadas pelo MEPE junto às instâncias competentes. Uma das reivindicações nesse sentido tratava da participação do Movimento no processo de negociação e de decisão dos temas relativos ao ensino público: definição de prioridades orçamentárias, acompanhamento bimestral da execução do planejamento da Secretaria da Educação, entre outros.

Em diversos momentos das reivindicações, as mulheres do Pró-Educação apresentavam-se em condições de igualdade com o Sindicato. Alguns episódios elucidam essa questão. Logo no início do ano letivo, em 1990, o Sindicato impediu a entrada do MEPE para assistir a uma reunião de negociação salarial com o secretário da educação José Goldemberg. O Movimento insistiu em presenciar as negociações, alegando não confiar em nenhuma das duas partes envolvidas. Ou seja, o Pró-Educação era uma terceira parte a ser ouvida e considerada nessa relação. Em outro momento, as mães do MEPE ofereceram apoio ao movimento grevista das professoras em troca da interferência e participação no processo de negociação das reivindicações. Em entrevista dada, em maio de 1990, ao programa "Bom Dia São Paulo" (TV Globo) e à revista de educação *Sala de Aula*, a presidenta do Movimento afirmou que o apoio a novas greves das professoras estaria vinculado à participação do MEPE nas negociações entre o Sindicato dos Professores e a Secretaria de Educação durante o movimento grevista:

"Antes de definirmos qualquer tipo de apoio, vamos querer saber como o governo e as entidades estão encaminhando as negociações. Queremos conhecer melhor o teor dessas negociações, porque a consequência dessas greves intermináveis é que os alunos estão saindo das escolas públicas semi-analfabetos". (Elisa, mãe de alunos participante do Pró-Educação, Revista Sala de Aula nº 20)

A decepção causada pelo episódio da reposição formal das aulas pelas professoras após a greve de 1989 colaborou para que o MEPE tomasse essa decisão:

"No ano passado estivemos com os professores em todas as assembleias e momentos difíceis. E eles não foram poucos, pois muitos pais não queriam dar seu apoio, diziam que estávamos loucos, que nossos filhos iam perder o ano. Mas esse apoio não era cego. Propusemos um acordo para as lideranças do movimento: ficávamos do lado dos professores até o fim, acontecesse o que aconte-

cesse, mas em troca queríamos que, quando eles retornassem às aulas, fizessem a melhor reposição possível. Mas depois de 79 dias de greve percebemos que, na maioria das escolas do Estado, os professores não repuseram as aulas ou o fizeram muito mal". (Elisa, mãe de alunos participante do Pró-Educação, Revista Sala de Aula nº 20)

Interesses, preocupações e objetivos diferenciados entre o Sindicato dos Professores e o Pró-Educação ficavam cada vez mais manifestos para o grupo de mães do Movimento. A recusa do Sindicato em trabalhar com essas evidências era afirmada publicamente como o demonstra o editorial citado. Já para as mães do MEPE esse processo de diferenciação tendeu a ser melhor incorporado. Elas passaram a enfatizar, por um lado, o caráter sindical da APEOESP e, por outro, o caráter global (entendido como para além do sindical) do Pró-Educação:

"Porque no fundo, no fundo tem o sindicato dos metalúrgicos, tem o sindicato dos borracheiros e tem o sindicato dos professores. (...) E eu revoltava com esse negócio de trabalhadores em educação, mas enquanto APEOESP eles têm que falar é isso mesmo, porque eles são um sindicato de trabalhadores em educação. (...) E os nossos atritos vão ser eternos, porque nós defendemos a educação num global e aí entra a formação do professor, o mal profissional que às vezes tem, né? E o sindicato não pode fazer isso. Ele perde sua característica se ele fizer isso". (Tatinha, mãe de alunos participante do Pró-Educação)

As divergências e semelhanças ora distanciavam ora aproximavam Sindicato e Movimento, tornando impossível uma postura linear de um em relação ao outro. Porém, para as mães de alunos do Pró-Educação, a tensão que permeava a relação entre o Movimento, professoras e Sindicato caracterizava a interação entre eles mas não impedia que muitas vezes defendes-

sem propostas semelhantes ao lutarem pela melhoria do ensino público:

"(...) nós estamos juntos e não estamos. Eu acho que o Pró-Educação tem que seguir um caminho próprio e a APEOESP tem que seguir o seu. Lá na frente de vez em quando a gente vai estar junto, de vez em quando a gente vai ficar inimigo, de vez em quando a gente vai ter atrito, de vez em quando a gente vai estar lutando pela mesma causa". (Tatinha, mãe de alunos participante do Pró-Educação)

O Movimento nasceu da ênfase na qualidade do ensino como direito de todos os cidadãos. Seu interesse sempre foi pautado, principalmente, pela preocupação com a precariedade do ensino oferecido pelas escolas públicas, pelo espaço físico depauperado da maioria dessas escolas, pelas condições de trabalho que dificultavam o preparo pedagógico da professora e o seu desempenho na função de ensinar e estar atenta aos problemas apresentados pelos alunos.

A análise do Pró-Educação e sua própria existência indicam, portanto, uma das possíveis respostas aos desafios que a educação ministrada pelo poder público nos suscita. São mulheres e mães com experiência de organização popular que atuam com mulheres das denominadas classes médias. Essa forma de atuação impôs desafios para as mães de alunos das classes populares, organizadas na defesa de seus interesses, perante as mães dos setores das classes médias. Isto não significou a homogeneização do grupo de mães do MEPE (Vianna, 1992).

No entanto, outras probabilidades podem ser delineadas, na medida em que levemos em conta as características que demarcam os segmentos envolvidos na luta pela melhoria da qualidade do ensino público, isto é, as mulheres, professoras e mães de alunos. É muito provável que essa luta só tenha a ganhar quando professoras e mães explicitarem os valores e critérios que as distinguem, convivendo com as diferenças e conflitos que isso implica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVANCINE, Sérgio Luis. *Daqui ninguém nos tira*: mães na gestão colegiada da escola pública. São Paulo, 1990. Dissert. (mestr.) PUC-SP.
- BRUSCHINI, Maria Cristina A., AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.64, p.4-13, fev. 1988.
- CAMPOS, Maria M. Malta. *Escola e participação popular*: a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo. São Paulo, 1982. Tese (dout.) FFLCH-USP.
- CARVALHO, Marília Pinto de. *Uma identidade plural*: estudo de uma escola na região metropolitana de São Paulo. São Paulo, 1991. Dissert. (mestr.) PUC-SP.
- EZPELETA, Justa. La escuela y los maestros: entre el supuesto y la dedución. *Cuadernos de Investigación Educativa*, México, n.20, p.1-64, set. 1986.
- EZPELETA, Justa, ROCKWELL, Elsie. *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1986.
- GEERTZ, Clifford. *La interpretación de las culturas*. México: Gedisa, 1987.
- HADDAD, Lenira. A relação creche-família: relato de uma experiência. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.60, p.70-78, fev. 1987.
- MELLO, Guiomar Namó de. *Magistério de 1º grau*: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo: Cortez, 1987.
- PARO, Vitor Henrique. *Participação popular na gestão da escola pública*. São Paulo, 1991. Tese (Livre-Doc.) FEUSP.
- PARO, Vitor Henrique. A natureza do trabalho pedagógico. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, FEUSP, v.19, n.2, jul./dez. 1993 (no prelo).

ROCKWELL, Elsie. De huellas, bardas y veredas: una historia cotidiana en la escuela. *Cuadernos de Investigación Educativa*, México, 1982.

_____. *Reflexiones sobre el proceso etnográfico (1982-85)*. México: Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional/DIE, s. d.

ROSEMBERG, Fúlvia et al. *Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia*. Brasília: INEP; REDUC, 1990.

ROSEMBERG, Fúlvia, AMADO, Tina. Mulheres na escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.80, p.62-74, fev. 1992.

SPOSITO, Marília Pontes. *A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo, 1988. Tese (dout.) FE-USP.

VIANNA, Cláudia Pereira. *O sonho que nos move: mães de alunos do Movimento Estadual Pró-Educação na luta pela melhoria do ensino público*. São Paulo, 1992. Dissert. (mestr.) PUC-SP.
